

**Sustentabilidade social, econômica e ambiental de  
pequenos negócios: o caso da Cooperostra – Cananéia – SP**

Paula Chamy. PROCAM/NUPAUB-USP; [paulacpc@usp.br](mailto:paulacpc@usp.br)

Wanda T.P.V. Maldonado. Fundação Florestal/SMA;

NUPAUB/USP; [wandmald@usp.br](mailto:wandmald@usp.br)

Palavras –chave: gestão ambiental participativa, cooperativismo, extrativismo.

**Introdução:**

Os desequilíbrios ambientais oriundos da incompatibilidade entre o acelerado crescimento das sociedades humanas e a esgotabilidade dos recursos naturais trazem desafios ao conhecimento dos sistemas ecológicos, dos quais dependem a manutenção dos recursos e a perspectiva de desenvolvimento econômico. A inadequação do uso dos recursos naturais e suas conseqüências, muitas vezes imprevisíveis quanto aos efeitos, têm custos ecológicos e econômicos que são, em uma sociedade marcada por desigualdade, sofridos desigualmente.

O reconhecimento da interdependência entre sistemas naturais e econômicos requer um equacionamento entre economia e ecologia, o que depende de reformulações no sistema de valores da sociedade e das políticas públicas direcionadas a um desenvolvimento que se pretende sustentável. O atendimento de demandas sócio-econômicas, muitas vezes em conflito com a proteção do ambiente, compromete a eficácia de instrumentos de planejamento e gestão ambiental.

Definir instrumentos econômicos dirigidos à diminuição das desigualdades sociais compatibilizando-os ao conhecimento que comunidades locais possuem sobre seus territórios é imprescindível para que políticas públicas voltadas a sustentabilidade tenham sucesso.

Seguindo esse entendimento, o trabalho proposto, alicerçando-se em aspectos qualitativos, visa refletir sobre a formação da cadeia produtiva e viabilidade de exploração comercial da ostra *Crassostrea brasiliiana*, que culminaram na formação da Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia (Cooperostra)

em 1998 e da Reserva Extrativista do Mandira, unidade de conservação marinha assentada em Domínio de Mata Atlântica em 2002, relacionando os aspectos históricos, atores e arranjos institucionais que influenciaram no ordenamento da exploração da ostra do mangue.

A análise da viabilidade econômica da cooperativa e dos instrumentos econômicos voltados para apoiar pequenos produtores (dentre os quais se inserem pescadores artesanais<sup>1</sup>), bem como a identificação de práticas de gestão integrada, participação da comunidade local na elaboração, implantação e redefinições dos seus espaços e atividades tradicionais, estão inseridos nos nossos objetivos.

### **Atributos sócio-ambientais**

Localizado sobre um fundo continental de serras e elevações montanhosas (Wakamatsu, 1973), o município de Cananéia sofre as influências constantes das águas do rio Ribeira de Iguape que mantém comunicação direta com o sistema estuarino-lagunar. Abrigado das ações dos ventos e ondas oceânicas pelas barreiras naturais das ilhas Comprida, de Cananéia e do Cardoso, o estuário conta também com o escudo protetor dos manguezais existentes em suas margens, que lhe fornece o aporte de altas concentrações de matéria orgânica e beneficiam a produção de plâncton, alimento de grande importância para a fauna aquática.

Cananéia apresenta, também, importantes marcos na história nacional, como os primeiros núcleos de mineração do ouro, sendo uma das primeiras vilas fundadas no Brasil. Cananéia apresenta ainda vestígios de ocupação pré-cabralina, representados pelos sambaquis, amontoados de conchas que comprovam a ocupação humana na faixa litorânea ocorrida pelo menos a 6.500 anos antes do presente.

Bancos naturais da ostra do mangue (*Crassostrea brasiliiana*) acompanham a região costeira desde a porção norte de Cananéia até o canal de Ararapira,

---

<sup>1</sup> Por pesca artesanal entendemos a atividade para obtenção de pescado (peixes, crustáceos, moluscos e outros recursos oriundos do meio aquático) realizada em pequena escala com destinação mercantil. Sendo assim, nesse trabalho os coletores de ostras encontram-se inseridos na categoria de pescadores artesanais.

localizado ao sul do município, distribuindo-se pelas gamboas e canais do estuário. A ostra do mangue é um dos principais recursos naturais explorados por populações locais em Cananéia, constituindo para muitas famílias, a principal fonte de renda.

No entanto, desde 1950 pesquisas (Besnard, 1950), já atentavam para a redução dos estoques deste molusco cuja degradação em razão do corte das raízes do mangue e coleta não seletiva foi agravada após a década de 1970. Outros fatores que podem ser apontados para explicar o aumento da extração de ostra do mangue são: competitividade promovida por moradores de outras regiões, desestruturação do modo de produção caiçara (quadro 1), aumento da demanda de ostra no mercado paulista, dependência de intermediários para inserir o produto no mercado e obtenção de preços baixos.

Os núcleos populacionais de pescadores artesanais de Cananéia são formados principalmente por população caiçara, presente na área há muitas gerações. Tradicionalmente esta população se dedica a atividades ligadas à exploração de recursos naturais, dentro de um sistema de complementaridade econômica baseado nos ciclos naturais, oferta do recurso e demanda de mercado. Com a desestruturação de seu modo de vida em razão das restrições oriundas da legislação ambiental e especulação imobiliária, estes núcleos populacionais sofreram um processo de empobrecimento e passaram a viver basicamente da produção do pescado.

#### Quadro 1

Em linhas gerais, caiçara é a denominação dada aos indivíduos naturais do litoral dos estados de São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.

Diegues (2001) define por populações caiçaras aquelas constituídas pela miscigenação de indígenas, colonizadores europeus e, em menor grau, negros africanos que viveram por longo tempo em locais relativamente isolados de Mata Atlântica subsistindo através do extrativismo vegetal e animal, agricultura familiar e artesanato.

No que se refere às condições de saúde, poucas comunidades possuem centros de saúde. Quanto à educação, a baixa escolaridade dos pescadores artesanais devido à dificuldade de acesso à escola é a regra. As escolas existentes nessas comunidades atendem aos estudantes do ensino fundamental e em apenas duas delas existem escolas de ensino médio e mesmo com o aumento da exploração da ostra do mangue após a década de 1970, não se verificaram melhorias nas condições de vida da população local envolvida com a extração, situação agravada pela expropriação do controle social e do processo produtivo das comunidades extratoras por intermediários.

A exploração da ostra do mangue *Crassostrea brasiliiana* é realizada com finalidade comercial há cerca de trinta anos no município de Cananéia, sendo este um dos principais recursos naturais explorados pelas comunidades tradicionais de Cananéia, tanto para venda, como para o consumo.

Até meados da década de 1980 o sistema de produção da ostra do mangue em Cananéia era comum em todas as comunidades caiçaras do município, baseando-se no trabalho familiar, remuneração ditada pelo intermediário (atravessador) e nenhum contato direto do produtor com o mercado.

A comercialização da produção de ostras era quase totalmente clandestina, uma vez que não atendia as exigências sanitárias e fiscais previstas em lei. A baixa renda obtida pelas famílias, muitas vezes as obrigava à prática da sobre exploração dos bancos naturais para a obtenção de uma renda mínima para a sobrevivência.

Dados da produção de ostras do mangue em Cananéia na década de 70 (Campolim & Machado, 1997) mostram que a produtividade média mensal correspondia a 25 toneladas ou 30.000 dúzias contra 76.220 dúzias de ostras ao mês em 1998, o que revela uma variação superior a 100% na produção média mensal em cerca de 20 anos. Levantamento do mercado consumidor demonstrou que a dúzia de ostras adquirida pelo “atravessador” junto aos produtores por menos de R\$1,00, chegava a ser vendida por mais de R\$ 15,00 nos restaurantes da capital paulista e litoral paulista.

Na tentativa de encontrar alternativas de uso sustentado dos espaços e recursos naturais foi realizado inicialmente pelo Estado de São Paulo um Programa de Gerenciamento Costeiro, concluído pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA) em 1989. O trabalho apontou os pontos críticos da conservação na região e as potencialidades para seu uso, salientando a importância de implantação de unidades extrativistas sob controle da população local, bem como do ordenamento da exploração de recursos costeiros.

A conclusão do Programa de Gerenciamento da SMA coincidiu com as iniciativas do Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Populações Tradicionais (CNPT), órgão ligado ao IBAMA. Com o intuito de verificar a possibilidade de implantação de Reservas Extrativistas em regiões de Mata Atlântica, o CNPT firmou parceria com a Secretaria do Meio Ambiente de São Paulo, Instituto de Pesca e Núcleo de Apoio a Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas do Brasil da Universidade de São Paulo (NUPAUB), iniciando-se em 1994 estudos de viabilidade sócio-ambiental em Cananéia.

Dentre os ecossistemas indicados para utilização pelas comunidades tradicionais, encontra-se o manguezal, particularmente aqueles existentes na porção continental de Cananéia. Inicialmente uma área de aproximadamente 1.200 hectares contígua ao Bairro Mandira e utilizada comunitariamente por seus moradores foi indicada pela SMA/SP como área piloto.

Descendentes de escravos vivendo por gerações da agricultura de pequena escala, pesca artesanal, fruticultura, extrativismo vegetal, artesanato, criação de animais de pequeno porte e fabricação de farinha de mandioca, os moradores do bairro rural Mandira possuem a lógica do sistema caiçara de produção utilizando toda a área comunitariamente com atividades complementares na terra e no mar, típicas dessa cultura.

A mobilização dos moradores do bairro para reduzir as ameaças ambientais geradas pela degradação do mangue, aumentar a produção e a qualidade do produto com a melhoria das condições dos pescadores artesanais fizeram com que a comunidade participasse ativamente na defesa seus espaços e recursos naturais em parceria com os órgãos elencados (Sales & Moreira, 1996).

Levantamento junto aos demais extratores do município apontou o interesse dos mesmos na participação em uma cooperativa e projetos a ela vinculados, o que propiciou o aumento da abrangência da iniciativa para todo o município de Cananéia. Reuniões periódicas entre a equipe do projeto e os extratores foram realizadas ao longo de dois anos com o objetivo de otimizar a organização social comunitária para que então fossem iniciados trabalhos experimentais de sistema de manejo de ostras.

A mobilização comunitária resultou no Programa de Ordenamento da Exploração da Ostra do Manguê da Fundação e Instituto Florestal e culminou na criação de uma cooperativa para o beneficiamento e comercialização do produto em 1997 (Cooperativa dos Produtores de Ostras de Cananéia), no reconhecimento oficial da comunidade do Mandira como "quilombola", que garante constitucionalmente o acesso ao território ocupado por seus ancestrais em 2002 e no estabelecimento da Reserva Extrativista Marinha do Mandira (decreto federal de 13/12/2002). Técnicos da Fundação Florestal, em conjunto com os moradores do Mandira, elaboraram projeto para obtenção de financiamento junto ao PD/A, do Ministério do Meio Ambiente/PPG7.

Recursos financeiros do Ministério do Meio Ambiente – Projetos de Execução Descentralizada (PED), da Shell do Brasil S.A. (que recebeu o Prêmio Eco 99, da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, na categoria Preservação Ambiental) e convênio firmado entre a Fundação Florestal e a Cetesb possibilitaram a intensificação do processo de capacitação dos cooperados, estruturação da Reserva com a aquisição de embarcação, equipamentos e doação de material para a construção da sede da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Mandira e Estação Depuradora de Moluscos de Cananéia. Neste período iniciaram-se os estudos para a definição da metodologia do Plano de Negócios e foram concluídas as atividades ligadas ao estudo de mercado da ostra. Também foram realizadas as pesquisas para definição da capacidade máxima de extração da ostra nos manguezais do Estuário de Cananéia.

O ano de 2000 marca o início efetivo da comercialização de ostras pela Cooperostra com formação de uma equipe de vendas para a comercialização do

produto no litoral paulista. Essa comercialização considerou a estrutura de distribuição disponível seguindo uma estratégia para consolidar inicialmente este mercado para posteriormente introduzir o produto na capital paulista e evitar a dependência exclusiva das regiões litorâneas caracterizadas pela sazonalidade.

Em 2002 o projeto cooperativista foi indicado como finalista ao Premio Iniciativa Equatorial 2002 da Organização das Nações Unidas tendo seus representantes participado da Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10) na África do Sul.

Estudos realizados desde então (Sales & Maldonado, 2000), mostram que as iniciativas adotadas até o momento no que se refere à conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população participante da cooperativa, foram positivas, o que pode revelar-se um sistema de manejo adotado socialmente de modo eficaz também no que se refere à conservação da natureza.

### **Natureza e Economia: novas perspectivas de desenvolvimento**

A adoção de abordagens teóricas alternativas à economia neoclássica tem sido consolidada nos últimos anos. Embora encontremos preocupações relacionadas à escassez dos recursos naturais entre economistas como John Stuart Mill e Harold Hotelling, os instrumentos analíticos dessa economia têm sido incapazes de explicarem as influências da natureza, a lógica da ação coletiva e a importância das instituições e organizações na dinâmica do mercado.

Em linhas muito genéricas, segundo a teoria da escolha da economia neoclássica, de posse das informações sobre o mercado, os homens promovem escolhas racionais quanto ao uso de recursos escassos para obtenção dos melhores resultados para satisfação das suas necessidades. Esse entendimento alicerçado em uma racionalidade geral dirigida para obtenção individual de maiores quantidades de bens e serviços, não consegue explicar, porém, o comportamento dos indivíduos regidos pela coordenação e cooperação humanas sendo refutado por muitos autores.

Para Douglass C. North a teoria econômica neoclássica negligencia a existência de instituições, ou seja, as regras formais e informais da sociedade para regular e limitar o conjunto de escolhas dos indivíduos (North, 1981, 1990). Segundo North (1990), instituições são as regras que guiam as relações humanas, diminuindo as incertezas do convívio social. Quando indivíduos que possuem alguma identidade comum se agregam para alcançar certos objetivos seguindo as regras vigentes na sociedade onde estão inseridos, surgem as organizações. Assim, instituições e organizações interagem e determinam os rumos da sociedade.

Amartya Sen (2000) critica a visão reducionista da economia por privilegiar a pura maximização de lucros em detrimento da complexidade das estruturas motivacionais que regem o comportamento dos indivíduos. O enfoque da disciplina econômica sobre os resultados de renda e riqueza subestima, segundo o autor, o papel integral do mecanismo de mercado para expandir as liberdades reais das pessoas que englobam a liberdade de participação ativa na vida social, política e econômica.

Contrapondo-se a tendência econômica dominante que assume, implícita ou explicitamente a homogeneidade do espaço (Higgins & Savoie, 1997), a integração entre sistemas econômicos e ecológicos reconhece a diversidade dos territórios e de recursos neles contidos. Clima, doenças epidêmicas, poluição, padrões comportamentais, diferenças geográficas são alguns exemplos das heterogeneidades ambientais e sociais que influenciam nas escolhas e decisões dos indivíduos (e aí também se inclui a destinação da renda). Some-se a estes fatores, o desequilíbrio na repartição dos riscos e prejuízos em razão do sobreuso na utilização de energia e recursos naturais e perceberemos a estreita relação entre economia e natureza.

A lógica da teoria neoclássica impede ainda, que se compreendam instituições de direito e manejo local vinculadas a sistemas de crenças e religião (como ocorre com os caiçaras) ou estruturas de interação humana como cooperativas formadas por pessoas de baixa renda, que, despossuídas de bens materiais viabilizam sua existência através de relações de confiança e solidariedade.



Os modelos explicativos das teorias econômicas neoclássicas não consideram os mercados como construções sociais dependentes dos ambientes institucionais em que se inserem (Abramovay, 2001) e deste modo, a existência de arranjos produtivos locais como produtos de uma conjunção histórica de fatores sociais, culturais e econômicos não é considerada (Sachs, 2002).

Sob este enfoque perdem o sentido análises estritamente econômicas a respeito tanto da formação dos mercados como do desenvolvimento. Para Amartya Sen o desenvolvimento requer a remoção das privações da liberdade, muitas delas vinculadas à pobreza econômica que vitimiza um grande número de pessoas no mundo. Este entendimento também é compartilhado por Veiga (2000) para quem o desenvolvimento implica na ampliação da possibilidade de escolha e expansão das potencialidades humanas. Tais potencialidades só são ampliadas quando se tem acesso a serviços de saúde, educação, moradia, emprego remunerado, igualdade entre os sexos, garantia de direitos políticos e civis.

Nas últimas décadas do século XX uma outra variável é somada a avaliação do processo de desenvolvimento: a questão da sustentabilidade, que é um conceito normativo. Desde seu surgimento em 1974 na Conferência de Cocoyoc, muito se tem debatido sobre o que vem a ser o desenvolvimento sustentável. Não sendo nosso intuito promover tal discussão, adotamos para os objetivos deste trabalho, a definição de desenvolvimento sustentável amplamente difundida pelo Relatório Brundtland, ou seja, aquele que satisfaz às necessidades da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas, o que implica em decisões éticas alicerçadas na justiça social transgeracional (Sachs, 2002).

As implicações do conceito de desenvolvimento sustentável na economia são muitos. Além de incluir a possibilidade de uma geração futura utilizar na mesma proporção um recurso usado pela população atual, o desenvolvimento econômico sustentável segue as diretrizes da equidade social e engloba políticas de combate à pobreza e diminuição de desigualdades.

Durante as décadas de 1960 e 1970, o movimento ambientalista americano adotou de certo modo, o pensamento das teorias econômicas neoclássicas

advogando que a razão dos avanços da destruição ambiental residia no oportunismo, egoísmo e práticas competitivas na exploração dos recursos naturais levando ao esgotamento dos mesmos. Essa corrente, popularizada por Hardin, foi amplamente aceita e preconizava que os recursos comuns deveriam ser privatizados ou controlados pelo Estado, uma vez que "como seres racionais", cada indivíduo "procura maximizar seus ganhos.....perseguindo seus próprios interesses" (Hardin, 1968:1244).

O modelo de Hardin ganhou eco na construção de outros modelos como o "dilema do prisioneiro" e a "lógica da ação coletiva". Ambos indicam a impossibilidade de cooperação entre seres racionais, ou seja, os interesses egoísticos dos indivíduos racionais os levam a não atuarem para alcançar interesses comuns a menos que haja incentivos ou sistemas de coerção.

Para contrapor-se à "tragédia" e à teoria dos jogos de não-cooperação, muitas correntes surgiram. Os chamados "novos institucionalistas" como Elinor Ostrom e seus colaboradores, alicerçam suas análises principalmente em estudos empíricos sobre os recursos de uso comum (*common pool resources*) e o direito de acesso aos mesmos para refutar as idéias de Hardin e seus seguidores. As análises dessa escola baseiam-se em três variáveis: os atributos existentes na comunidade objeto de estudo, os atributos do mundo físico onde ela se insere e as regras pelas quais são estabelecidas as interações humanas, ou seja, as "regras do jogo" (North, 1990).

As três variáveis conjuntamente influenciam nas ações dos indivíduos provocando resultados que são avaliados posteriormente, o que colabora para o entendimento dos aspectos culturais, institucionais e ambientais que regem o comportamento humano e afetam a economia de mercado. Estes estudos têm documentado experiências bem sucedidas na gestão de bens comuns (Berkes, Feeny, McCay & Achaeson, 1989; Berkes & Folke, 1998), mostrando que grupos locais possuem regras, incentivos e penalidades para exploração dos recursos que garantem a continuidade da sua existência e comprovam que o conhecimento prático adquirido das interações cotidianas com o ambiente natural pode ser incorporado para a formulação de políticas ambientais mais eficazes.

Três conjuntos de variáveis para analisar as inter-relações entre homem, natureza e economia também são apontados pela abordagem da antropologia econômica: as condições ecológicas e geográficas de onde se extrai os meios materiais de existência; os meios materiais e intelectuais utilizados para atuar sobre a natureza (forças produtivas) e as relações sociais de produção que determinam a forma social de acesso e controle dos recursos (Godelier, 1981).

Outra abordagem que busca refutar a teoria de Hardin e modelos dela derivados é a do capital social, ou seja, as instituições que permitem a ação coletiva para obtenção de benefícios comuns. O dispositivo do capital social possibilita analisar as ações dos indivíduos sem que estas sejam concebidas como resultado de comportamentos puramente egoístas e o destaque que tem recebido nas agências internacionais de desenvolvimento a partir da década de 1990 demonstra sua importância nas análises das relações entre ambiente e sociedade (Abramovay, 2000).

Ao reconhecer a existência de aspectos como confiança e reciprocidade nas relações humanas, a noção de capital social admite o papel fundamental que as relações sociais produzem no direcionamento das políticas públicas voltadas para promoção do desenvolvimento. A noção de capital social permite ainda que se compreenda o real significado da liberdade de mercado, ou seja, inexistindo uma sociedade civil com poder não há como se formar mercados livres já que estes ficam sujeitos a manipulação de grupos dominantes que mantêm as estruturas do poder.

Modos de vida de populações protocapitalistas por muito tempo consideradas como obstáculo ao desenvolvimento, passam a ter importância nas decisões políticas. Mas isso não significa que o capital social só pode existir em sociedades que tem tradições históricas seculares como indica o estudo de Putman (1996) ao comparar o desenvolvimento do norte da Itália com a estagnação do sul do país. Exemplo disso é o número de organizações unidas sobre princípios de solidariedade, igualdade e associação que chega atualmente, segundo dados do sociólogo Ricardo Petrella, a meio milhão em todo o mundo (Carmen & Sobrado, 2002).

Neste sentido, a definição de capital social dada por Bourdieu é esclarecedora porque reconhece a importância da identidade dos grupos e de suas relações materiais e simbólicas: "capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, a vinculação a um grupo, como um conjunto de agentes que, não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas relações são irredutíveis a relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o reconhecimento dessa proximidade" (Bourdieu *apud* Matos, 2002).

Assim, pode-se afirmar que a capacidade de reorganização dos modos de vida das populações que exploram comunitariamente recursos naturais e promovem o uso sustentável dos mesmos depende fundamentalmente do capital social existente. Isso explica porque diante das ameaças externas aos sistemas comunitários de propriedade e apropriação dos recursos, comunidades se desestruturam ou se reorganizam a partir da promoção de novas formas de coesão do grupo.

Para populações que possuem essa rede de interação social sustentada em relações de confiança que fortalecem e são fortalecidas pelo ambiente institucional em que se inserem, as ameaças passam a ser elementos de afirmação dos direitos comunitários, o que leva, em determinadas situações, ao reconhecimento jurídico destes arranjos tradicionais pelo próprio Estado.

Tal fenômeno pode ser verificado no caso da criação das reservas extrativistas que tem reconhecido o direito do usufruto por parte das populações que habitam historicamente os espaços naturais. Diante deste quadro, pode-se afirmar que o capital social, ou seja, as normas e redes de relações estabelecidas em comunidades engajadas, afetam as políticas governamentais, constituindo-se um instrumento fundamental para expressar suas demandas, criar novas oportunidades de desenvolvimento e enfrentamento da pobreza.

## **Participação comunitária na pesca artesanal**

A organização dos pescadores artesanais em cada região do Brasil depende das condições existentes em cada localidade. Não somente variam as espécies de peixes existentes e as formas de captura de uma região para outra, como também são distintos os mercados e as unidades de produção.

Em linhas gerais, as organizações na pesca artesanal possuem caráter comunitário e familiar. Pescadores artesanais costumam pertencer a grupos minoritários resultantes de processos de miscigenação, com tradições culturais específicas (Zavala, 1993), ligados por laços de parentesco e compadrio, o que favorece relações de confiança entre seus membros. A idéia de reciprocidade também está presente nestes grupos e explica o mecanismo de cooperação entre seus membros (Begossi, 1996), ainda mais se considerarmos a imprevisibilidade inerente aos recursos marinhos móveis (como é o caso dos peixes), oscilação e complexidade do ecossistema marinho.

A atividade pesqueira seja artesanal ou industrial, interage com o ambiente físico e por ele é condicionada. Essa estreita relação reflete-se em diferentes níveis da atividade como sazonalidade do pescado, tecnologia utilizada conforme o território e recurso, organização da pesca que pode necessitar de um ou mais pescadores. Outro aspecto a ser considerado é a alta perecibilidade do pescado que contrasta com a longa cadeia de intermediação que o produto percorre até o consumidor final (Cardoso, 2001).

A pesca artesanal tem, ainda, características econômicas próprias de sociedades protocapitalistas, regidas por um conjunto de regras informais e específicas do grupo, permeadas por valores de dependência, reciprocidade e leis de respeito que não seguem a lógica dominante como a produção em alta escala para o mercado.

Em regra a produção artesanal destina-se ao mercado interno. Como os custos da operação por unidade são mais altos para o pequeno produtor do que para a produção em larga escala, existe uma inferioridade dos pescadores artesanais na concorrência junto ao mercado que é controlado pela pesca industrial.

Problemas com o armazenamento e fornecimento regular de quantidades determinadas de pescado também dificultam a assinatura de contratos com cadeias de distribuição que propiciam condições mais vantajosas para o produtor. Cabe ressaltar, no entanto, que a pesca artesanal muitas vezes abastece a pesca industrial fornecendo o pescado em uma relação que ao mesmo tempo é de complementaridade e subordinação (Diegues, 1983).

A história brasileira apresenta episódios de mobilização social dos pescadores ao longo do tempo, como na ocasião da abolição dos escravos no século XIX, mas como organização consolidada, pode-se admitir como marco a criação das Colônias de Pescadores em 1920. Porém, essa iniciativa não partiu dos pescadores, mas do Estado nacional, mais precisamente da Marinha que objetivava estabelecer formas de controle sobre a categoria.

A Pastoral da Pesca teve importante papel na organização dos pescadores na década de 1970, mas é somente na década seguinte, com a promulgação da Constituição Federal, que as Colônias de Pescadores passam a ser regidas pelas mesmas regras dos sindicatos urbanos, ou seja, sem interferência do poder público (Cardoso, 2001).

Cabe ressaltar, porém, que a trajetória das colônias nas diferentes partes do país não é homogênea. Muitas delas não conseguem promover a participação efetiva de seus filiados. Em alguns locais a representação legal dos pescadores encontra-se dividida entre colônias sindicatos e associações de pescadores. Esta desarticulação fragmenta a legitimidade da representação dos pescadores e a visibilidade da categoria, o que dificulta a obtenção de créditos, estabelecimento de parcerias e demais benefícios.

Quanto às cooperativas de pesca, as iniciativas mais conhecidas são a Cooperativa Mista de Pesca Nipo-Brasileira e a Cooperativa de Pesca Atlântica de Santos, ambas fundadas na década de 1950 e localizadas no município de Santos. Trata-se de organizações formadas não por profissionais da pesca artesanal, mas por pequenos armadores japoneses e seus descendentes que receberam grande aporte de incentivos fiscais na década de 1970 (Diegues, 1983).

As dificuldades existentes no setor não são exclusividade nacional. Estudo realizado na Póvoa do Varzim em Portugal aponta a vulnerabilidade dos pescadores artesanais diante das intempéries da natureza e agiotagem desde a Idade Média (Filgueiras, 1980). As ameaças oriundas da inserção da lógica do capital e a concorrência por ela promovida com captura intensiva e introdução de artes novas (como os arrastões), fizeram com que fosse sancionado um estatuto com a finalidade de promover “estudo e defesa dos interesses econômicos comuns, promoção de ensino profissional, organização de uma caixa de socorros e de uma cooperativa” (Filgueiras, 1980:23), dada à importância do setor na estabilidade social do país.

Legalizada a constituição da cooperativa, a empresa foi liquidada e pescadores artesanais migraram em massa para o Brasil, o que, segundo o autor, deve-se ao fato dos pescadores não conseguirem se vincular a regras não efêmeras e ao "individualismo" dos mesmos.

Por outro lado, países como Canadá e Japão possuem tradição cooperativista na pesca para abastecimento de equipamentos necessários para as atividades profissionais, como redes, barcos e combustível; construção de infra-estrutura pesqueira como frigoríficos e fábricas de gelo; industrialização e comercialização de produtos da pesca.

O êxito do cooperativismo canadense tornou-o modelo mundial para a pesca, levando a criação de um centro de estudos deste tipo de organização após Moyses Coady (1882-1959) juntamente com aldeões pescadores de Antigonish ter formado uma cooperativa de pesca em 1930: a União Marítima de Pescadores (Pinho, s/d). Já no Japão em determinados territórios, o direito de pesca, que tem raízes feudais, é concedido a uma cooperativa que representa os pescadores da região. A importância da pesca artesanal é tal que existe no país um banco federal cooperativo para atendê-la.

Quais são então, as condições que levam ao sucesso ou insucesso dessas iniciativas?

Historicamente, o sistema creditício brasileiro dirige-se aos grandes empreendimentos, garantidos pelo grande capital. Financiamentos de crédito

oriundos de bancos públicos burocratizam o acesso para pequenos e médios empreendimentos optando por atividades mais rentáveis que seguem a lógica dos ganhos de curto prazo.

No caso da pesca artesanal, geralmente o capital para investimentos é reduzido. Os créditos são escassos porque as agências de fomento requerem avais ou sistemas de garantia que pescadores artesanais não possuem. Outros problemas existentes na pesca artesanal podem ser apontados, como o alto custo do equipamento de pesca, manutenção e reposição destes equipamentos, aprovisionamento das embarcações, aquisição de combustível, controle de qualidade, capacidade de estocagem, prontidão para atendimento da demanda de mercado e baixa escolaridade dos pescadores.

Muito embora políticas nacionais de desenvolvimento tenham nas últimas décadas se voltado para a criação de programas públicos de crédito como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), esses financiamentos dificilmente dirigem-se aos pequenos negócios, ainda mais para os que não possuem qualquer tipo de garantia econômica. Elevadas taxas de juros também contribuem para impedir a expansão da atividade creditícia e financiamento de pequenos negócios (Sachs, 2002).

Nota-se, no entanto, que as possibilidades de financiamentos de pequenos negócios voltados à pequena produção sofreram avanços quando foi inserida a variável ambiental como condição obrigatória para que acordos multilaterais fossem firmados por agências como BIRD, PPG7 e KFW. Essa obrigatoriedade levou, por exemplo, à criação pelo Ministério do Meio Ambiente de projetos como o PED (Projeto de Execução Descentralizada) e PDA (Projetos Demonstrativos) que possibilitaram o financiamento produtivo de associações e cooperativas locais como a Cooperostra.

A criação de cooperativas por pescadores artesanais para resolução de problemas de produção e comercialização do pescado pode revelar-se um veículo mais adequado para canalização de financiamentos e obtenção de benefícios. No entanto, a organização dos pescadores artesanais perpassa pela questão de reestruturação interna dessa população, que embora trabalhe no interior do



sistema dominante e com ele se relacione, permanece à margem do mesmo (Sachs, 2002).

### **Organização comunitária e pequenos negócios: o caso da COOPEROSTRA**

As ameaças decorrentes da exploração irracional dos recursos naturais têm efeitos perversos na sociedade como um todo. A degradação do ambiente natural contribui ainda para a marginalização sócio-econômica de sociedades dele dependentes e perpetuação dos problemas sócio-ambientais.

O Brasil possui um mosaico cultural e ambiental distribuído por seu território, não sendo possível encontrar soluções homogêneas para equacionar um desenvolvimento capaz de respeitar simultaneamente o direito de autodeterminação das populações e uso sustentável dos recursos naturais.

O modelo de política ambiental adotado, a partir da década de 60, no Estado de São Paulo também seguiu a lógica da "tragédia" atribuindo aos "sistemas de propriedade comum" a responsabilidade pela degradação do ambiente natural cuja solução deveria partir do protagonismo do Estado. Restringindo o acesso aos recursos e espaços naturais o Estado adotava o tratamento coercitivo/repressivo às comunidades rurais localizadas nas áreas de interesse para a conservação, expulsando-as dos territórios historicamente por elas ocupados.

Essas medidas promoveram resultados indesejáveis como dissolução de arranjos institucionais locais e recrudescimento do processo de exclusão e injustiça social no país, mostrando-se ineficazes no que se refere à conservação e uso racional dos recursos. Cabe ressaltar também, que estas medidas excludentes geraram um contingente de pessoas nos centros urbanos, cujos empregos são mais difíceis de serem gerados.

A concepção da Cooperostra surgiu dessa busca por formas alternativas de conciliação do uso de recursos naturais e desenvolvimento por parte de uma parcela da população caiçara e demonstra a importância da existência da organização comunitária local para que seja garantida sua autonomia frente ao caráter fragmentador e individualista da economia de mercado dominante.

A idéia básica da cooperativa seguiu os princípios daquilo que se denomina “desenvolvimento sustentável”: atenção às características naturais do recurso e do ambiente, com vistas a sua conservação, justiça social, ou seja, oportunidade de trabalho para as populações que utilizam os recursos e o ambiente, com agregação local de valor ao produto e melhoria das condições de vida dos produtores e, por conseqüência, da comunidade, e viabilidade econômica do empreendimento, com a colocação de um produto de qualidade no mercado consumidor.

O conhecimento do ambiente natural acumulado pela população caiçara foi mobilizado para a definição do manejo dos bancos de ostras a ser realizado pelos cooperados, ou seja, as práticas de extração foram consideradas e produtos exóticos não foram introduzidos, respeitando-se as interações ecossistêmicas do estuário e os saberes tradicionais dessa população.

Considerando a preocupação com a conservação do ambiente (que é de interesse dos pescadores-coletores) e com a garantia de reprodução do recurso natural realizou-se estudo sobre o estoque natural da ostra *Crassostrea brasiliana* (Pereira *et al.*, 2000), a fim de se obter indicadores para a compatibilização da produção de ostras de Cananéia com os estoques existentes nas áreas de manguezal.

O manejo de bancos naturais de ostras foi iniciado pela atividade de “engorda”, prática que foi colocada como requisito para o ingresso dos coletores na Cooperativa. Essa instituição de manejo mostrou-se uma alternativa eficaz a simples extração porque além de possibilitar a comercialização durante o período do defeso, as ostras oriundas das estruturas possuem melhor aparência, adquirindo melhor preço de mercado, mesmo junto aos atravessadores. A aceitabilidade dos produtores a este tipo de manejo resultou posteriormente em inovações por eles propostas. Inicialmente as estruturas de engorda eram temporárias, fincadas em piquetes de bambu, com tempo de duração de um ciclo; atualmente é grande a demanda para a instalação de estruturas perenes que são fincadas em estruturas de concreto, material oferecido pela Cooperativa aos cooperados, a partir de financiamento do PD/A – MMA.

A necessidade de depuração da ostra com o objetivo de torná-la um produto saudável para o consumo levou a construção da estação depuradora, grande parte edificada em regime de mutirão pelos cooperados, tendo sido viabilizada pela obtenção de recursos financeiros do projeto PED/MMA/BIRD e Shell do Brasil, por intermédio da Fundação Botânica Margaret Mee e da Ong Visão Mundial. A depuração da ostra, além de garantir um produto adequado do ponto de vista sanitário, valoriza o produto perante o mercado, propiciando a agregação local de valor. Observam-se assim, ações em várias fases da cadeia produtiva no sentido de diferenciar não só a qualidade física dos produtos, mas também a qualidade ambiental e social da produção.

A participação dos moradores do Mandira, já organizados em associação para reivindicar a criação da Reserva Extrativista, foi de fundamental importância para sensibilizar os demais extratores a ingressarem na Cooperativa. Com características culturais próprias baseadas em relações pessoais diretas de confiança e solidariedade estabelecidas em transações anteriores, a comunidade já possuía uma tradição de organização interna (capital social) que auxiliou na agregação de membros de outros bairros ao empreendimento.

Tendo como uma das premissas básicas a participação dos extratores no processo decisório, a Cooperativa e seus parceiros vêm desenvolvendo ações no sentido de fomentar a organização interna das comunidades e entre as comunidades. Optou-se pelo sistema cooperativo por se tratar de um empreendimento coletivo e pelas possibilidades que este sistema oferece quanto à participação de seus membros nas decisões, à divisão de responsabilidades entre os associados e ao retorno social à comunidade.

Embora a produção, processamento e consumo da ostra pela cooperativa estejam promovendo uma melhor aferição e distribuição dos ganhos para os produtores, a falta de experiência dos extratores quanto a estas formas de organização demandou a realização de cursos de capacitação (fortalecimento) em associativismo e cooperativismo. A perspectiva de auto-gestão de um empreendimento sustentável trouxe a necessidade de capacitação em áreas antes alheias ao universo dos produtores: administração, finanças, vendas e produção.

Esses cursos propiciam um processo de formação contínua e tem o intuito de democratizar a informação e promover a capacitação de todos para a gestão da entidade, uma vez que regularmente ocorrem eleições para alteração do quadro de dirigentes.

Este modelo segue os princípios de gestão preconizados por Godard (1997: 214) porque constitui "... o cerne onde se confrontam e se reencontram os objetivos associados ao desenvolvimento e ao ordenamento e aqueles voltados para a conservação da natureza ou para a preservação da qualidade ambiental". Desta forma, não há como excluir do planejamento e administração aqueles que são os mais afetados pela degradação do ambiente natural e seus recursos.

A inserção da Cooperativa no mercado consumidor tem requerido estratégias de consolidação do empreendimento, o que tornou imprescindível a elaboração de um plano de negócios que contemplasse a complexidade dos elementos envolvidos na extração, no manejo, na depuração, na embalagem, no transporte e na comercialização da produção de ostras.

A especificidade de um plano de negócios para exploração sustentável de recursos naturais por populações tradicionais provocou a necessidade de elaboração de metodologia particular, com destaque a premissas ligadas à sustentabilidade cultural, social, ética, ecológica, política, econômica e territorial do empreendimento.

O levantamento do mercado para conhecimento das formas de comercialização, dos preços, da concorrência, das tendências e do potencial de consumo, foi o primeiro passo do plano. A seguir, houve a definição da estratégia de promoção, com definição da marca e da logotipia e elaboração de material escrito sobre o produto e o projeto. Os aspectos diferenciais do produto apresentado ao mercado em relação àquele atualmente existente são as características de produto sanitariamente correto originados de uma exploração sustentada do ambiente natural. Financiamento do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) possibilitou a elaboração e implantação do Plano de Negócios da Cooprostra.

Pode-se perceber, portanto, que a trajetória da cooperativa tem sido pensada e executada de modo a aglutinar parceiros de várias instituições, áreas de atuação e

níveis hierárquicos distintos que se manifestam por meio de financiamentos, contribuição técnica e suporte político. Essa adesão de atores a um núcleo de princípios e projetos coletivos tem propiciado novas formas de inserção nos mercados e viabilizado o empreendimento no qual os membros são solidários e igualmente engajados.

### **Considerações finais:**

O desenvolvimento de linhas creditícias, bem como outros instrumentos de base econômica que possibilitem a utilização dos recursos naturais por comunidades tradicionais sem desagregá-las ambiental e sócio-culturalmente são questões que necessitam de maiores atenções.

Submeter comunidades tradicionais a restrições legais não contribui de modo eficaz para a conservação ambiental. No trabalho proposto, os coletores de ostras adotaram formas de produção baseadas na gestão dos recursos naturais que possibilitaram agregação de valor ao produto comercializado pela Cooperativa – ostra viva - sem comprometimento do modo de vida da população envolvida.

Os arranjos institucionais que foram estabelecidos para viabilizar o empreendimento da Cooperostra tem tido caráter mediador entre o uso econômico da ostra de Cananéia, a proteção dos estoques e manutenção da qualidade ambiental do estuário e a manutenção da forma tradicional da coleta no mangue, o que tem impedido a desagregação cultural e institucional dos coletores.

Tais medidas, no entanto, para serem perpetuadas necessitam de avaliações e reajustes periódicos a partir da negociação dos atores. A gestão participativa da atividade, enquanto instrumento de administração dos recursos do mar e das diretrizes econômicas do empreendimento, possui maiores chances na obtenção de um desenvolvimento social e ambiental sustentável porque promove o reconhecimento dos saberes locais, a trajetória histórica da apropriação dos territórios marinhos e o direito de autodeterminação por parte das comunidades locais.

## Referencia Bibliográfica:

ABRAMOVAY, Ricardo. "Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica". In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro e ABRAMOVAY, Ricardo. **Razões e ficções do desenvolvimento**. UNESP/EDUSP: São Paulo, 2001.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, n.2, vol IV: 379-397, 2000.

BEGOSSI, Alpina. **Abordagens sociobiológicas, etnobiológicas e aplicações para conservação**. Trabalho apresentado no XX encontro da ANPOCS, Caxambu, 1996.

BERKES, F & FOLKE, C. **Linking social and ecological systems. Management practices and social mechanisms for building resilience**. Cambridge University Press. 1998.

BERKES, F., FEENY, D., MCCAY B.J., ACHESON, J.M. "The benefits of the commons". **Nature** 340 (6229):91-93, 1989.

BESNARD, W. Considerações gerais em torno da região lagunar de Cananéia-Iguape. **Bol. Instituto Paulista de Oceanografia**, (I)(1): 9-26, 1950.

CAMPOLIM, M. & MACHADO, I. **Proposta de ordenamento da exploração da ostra do mangue Crassostrea brasiliana na região estuarino-lagunar de Cananéia, SP**. Cananéia, 1997.

CARMEN, Raff & SOBRADO, Miguel. **Um futuro para os excluídos**. Porto Velho: Edufro, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo, Ática, 1983.

DIEGUES, A C. Caiçaras: território e cultura revisitados. In: **Paisagem e cultura caiçara**. Seminários interdisciplinares. São Paulo: Nupaub/USP, 2001 (texto preliminar não corrigido).

FILGUEIRAS, Octavio Lixa. Cooperativas de pesca: primeiros ensaios na Povoação do Varzim. **Boletim Cultural**, vol XIX, n. 1, 1980.

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In: VIEIRA, P.F. e WEBER, Jacques(org.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 2000. pp. 201-266.

GODELIER, Maurice. **Instituciones económicas**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1980.

HARDIN, G. "The tragedy of the commons". **Science**, 162: 1243-8, 1968.

HIGGINS, Benjamin & SAVOIE, Donald. **Regional development theories & their application**. New Brunswick and London: Transaction Publishers, 1997.

MATOS, Aécio Gomes de. **Capital social e autonomia**. 2002 ([www.nead.gov.br/index.php?acao=artigo&id=1](http://www.nead.gov.br/index.php?acao=artigo&id=1))

NORTH, Douglass. **Estructura y cambio en la historia económica**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

NORTH, Douglass. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York, Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, Elinor. **Governing the commons**. Cambridge University Press, 1996.

PEREIRA, O. M. *et al.* "Avaliação do Estoque Natural da Ostra *Crassostrea brasiliensis* em Bosques de Manguezal de Cananéia". In: Diegues, A. C. & Viana, V. M. **Comunidades tradicionais e manejo de recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo: NUPAUB/USP/LASTROP, 2000.

PINHO, Diva Benevides. **Cooperativas de pesca: modelo de eficácia organizacional**. S/d (mimeo)

PUTNAM, Robert. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. FGV: São Paulo, 1996.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Brasília: Sebrae, 2002.

SALES, R. & MALDONADO, W. A reserva extrativista estadual do bairro Mandira e o ordenamento da exploração de ostras em Cananéia/SP. In DIEGUES, A. & VIANA, V.(org) **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo, NUPAUB/USP/LASTROP, 2000.

SALES, R. & MOREIRA, A. **Reservas extrativistas no complexo estuarino-lagunar de Iguape e Cananéia, domínio Mata Atlântica**. São Paulo, NUPAUB, 1996.

SEN, **Amartya**. **Desenvolvimento** como liberdade. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento e meio ambiente**. SP: IPE/FEA & Procam/USP, 2000 (mimeo).

ZAVALA, Héctor L.M. El rol de las organizaciones de los pescadores artesanales en América Latina. In: TASSARA, Carlos. **Pesca artesanal, acuicultura y ambiente: experiencia y perspectivas de desarrollo**. Santafé de Bogotá: CISP-Movimondo, 1995.

WAKAMATSU, Takeshi. **A ostra de Cananéia e seu cultivo**. São Paulo: Sudelpa, 1973.